

CONCEITUANDO FONTE DE INFORMAÇÃO INDÍGENA

Eliane Bezerra Paiva*

memória científica original

RESUMO

O artigo objetiva apresentar o conceito de fonte de informação indígena, a partir de um estudo que tem como base teórica o dialogismo bakhtiniano (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009). Aborda as narrativas indígenas como fonte de informação considerando os estudos da Ciência da Informação que possibilitam dialogar com a referida teoria. Relata concepções teóricas para o conceito de informação, que foram construídas ao longo do tempo, e apresenta conceitos de fonte de informação elaborados em diferentes abordagens. Com base em teorias que dialogam com as ciências hermenêuticas, cuja concepção de informação passa, necessariamente, pela interpretação das pessoas, o conceito de fonte de informação indígena é construído, agregando ao conceito de fonte de informação o de informação indígena.

Palavras-chave: Fonte de informação indígena. Fonte de informação especializada. Índios brasileiros. Informação indígena. Narrativas indígenas.

* Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
E-mail: paivaeb@gmail.com.

I INTRODUÇÃO

As fontes de informação especializadas como bibliografias, *abstracts* e índices são instrumentos bibliográficos construídos com a finalidade de divulgar e ampliar as possibilidades de acesso às informações especializadas. Entretanto, ao lado dessas fontes bibliográficas convencionais, existem outras que não integram o mercado editorial, como as narrativas indígenas.

O presente artigo objetiva apresentar o conceito de fonte de informação indígena, que foi construído para caracterizar a extensão do termo e a nossa compreensão a esse respeito, em um estudo que incidiu sobre as narrativas do povo Potiguara, indígenas que habitam o litoral setentrional do Estado da Paraíba - Brasil. As narrativas, fruto da experiência de vida do povo Potiguara, são originárias da oralidade. Tais narrativas resultam das práticas cotidianas desses

indígenas em suas aldeias e, principalmente, de suas experiências nas matas, rios e mangues da região. Essas narrativas incluem histórias míticas, histórias de vida e contos maravilhosos.

A opção de estudar as fontes de informação indígenas decorre de nosso entendimento de que os povos indígenas são detentores de um cabedal de conhecimentos que carece ser revelado. Embora a Ciência da Informação, em seus primórdios, tenha se voltado para a comunicação científica, a partir dos anos noventa do século XX, surgiram estudos, na área, voltados para outros contextos e práticas de produção e circulação do conhecimento (MOSTAFA, 2012). Compartilhamos do pensamento de Dantas e Ferreira quando relatam que “a problemática dos conhecimentos tradicionais impõe desafios à academia, ao Estado, ao mercado e aos próprios detentores desse saber” (DANTAS; FERREIRA, 2013, p.121) e percebem que várias disciplinas como o Direito, a Antropologia, a Sociologia

e, também, a Ciência da Informação, podem contribuir com estudos e análises sobre essa realidade.

2 FONTE DE INFORMAÇÃO

Tendo optado pelo dialogismo bakhtiniano (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009) como base teórica, ao abordar as narrativas indígenas como fontes de informação, adotamos os estudos da Ciência da Informação que possibilitam dialogar com a referida teoria.

Antes de adentrar na temática das fontes, consideramos pertinente esclarecer que não há consenso sobre o conceito de informação. Em fins do século passado, Zhang Yuexiao (1988) já informava sobre a existência de mais de 400 definições de informação apresentadas por pesquisadores de diferentes áreas e culturas e criava uma categorização que resultou em 15 estratos. Segundo o autor, informação não é um conceito singular, mas uma série de conceitos com conexões complexas. Araújo (2009) também percebeu que, ao longo do tempo, as diferentes áreas e subáreas que compõem a Ciência da Informação adotaram perspectivas teóricas diversas e desenvolveram conceitos particulares de informação. O paradigma positivista define informação “enquanto algo independente dos sujeitos, dos contextos histórico-culturais, passível de ser estudada objetivamente, medida, e ser compreendida por meio de leis e regularidades” (ARAÚJO, 2009, p. 200). Esse paradigma prevalece na Ciência da Informação, reconhecida como uma disciplina voltada para o estudo da produção, da organização, do armazenamento, da disseminação e do uso da informação. Desse paradigma, emerge a ideia de informação como “coisa”. Além do paradigma positivista, os estudos sobre a informação abarcam outras correntes teóricas como o Funcionalismo, a Teoria Crítica etc., como aponta Araújo (2011), quando reflete sobre as diversas teorias e autores que se enquadram em diferentes paradigmas adotados na Ciência da Informação, ao longo do século XX.

Na área de organização da informação, da qual fazem parte os estudos sobre fontes de informação, predomina, ainda, o paradigma positivista. Sob tal enfoque, todos os documentos gerados pelo sistema de comunicação científica são considerados fontes de informação, cuja

história se mescla com a história das bibliografias, que retrata o desenvolvimento dos repertórios bibliográficos.

Figueiredo e Cunha (1967) enunciam que a história da bibliografia se estende desde a Antiguidade até o Século XX e abrange listas de manuscritos (consideradas ancestrais da bibliografia), autobibliografias, como a *De libris propriis liber*, de Galeno, além de repertórios impressos e bibliografias especializadas.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o fenômeno da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética contribuiu para o surgimento de um contexto de competição, e o desenvolvimento científico e tecnológico tornou-se central. Nesse contexto, a informação passa a ser considerada como um recurso estratégico para o desenvolvimento e os estudos sobre produção científica começam a apontar. (ARAÚJO, 2009)

Na década de 1980, desenvolveram-se estudos sobre as fontes de informação no contexto das empresas e das organizações, o que contribuiu para o estabelecimento de novos critérios para a classificação das fontes de informação em fontes externas ou internas à organização, documentais e informais. As fontes documentais compreendem documentos de várias naturezas, como livros, periódicos, filmes etc.; e as fontes informais emanam de contatos informais, conversas, depoimentos, entrevistas, entre outras. No rol das fontes informais, a pesquisa desenvolvida por Chalaça, Freire e Miranda (2007) aborda pessoas como fontes de informação para revelarem o tesouro de conhecimento do Bairro da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. As narrativas potiguaras, registradas com base em entrevistas, podem ser consideradas fontes informais.

Em relação ao paradigma positivista, surgem, na Ciência da Informação, nas últimas décadas, propostas “que buscam estabelecer diálogo com as ciências hermenêuticas, para quem o entendimento do que a informação é, passa, necessariamente, pelas interpretações dadas pelas pessoas que se relacionam com ela”. (ARAÚJO, 2009, p. 201)

Dentre os autores que recorrem à hermenêutica para estudar a informação, Rafael Capurro apresenta três paradigmas no campo da informação: o paradigma físico, o paradigma cognitivo e o paradigma social (CAPURRO, 2003).

Ele concebe que a informação é o conhecimento em ação, ou seja, informar é contextualizar o conhecimento. Sob essa concepção, a informação passa, necessariamente, pela interpretação. Na perspectiva de que a informação requer uma interpretação do sujeito é que nos propomos estudar as narrativas como fontes de informação, posto que o paradigma positivista, ao desconsiderar o sujeito e os contextos histórico-culturais, mostra-se inviável para estudar as narrativas indígenas consideradas como práticas sociais.

O conceito de fonte de informação é amplo e remete a inúmeros tipos de recursos informacionais. Para Cunha (2001, p. viii), o conceito de fonte de informação “[...] pode abranger manuscritos e publicações impressas, além de objetos, como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas [...]”. Hartness (1999) entende por fonte de informação qualquer tipo de documento que forneça uma informação específica, mesmo que não tenha sido concebido como tal. A autora concebe fonte de informação pela sua utilidade prática. Percebemos que Burke compartilha desse pensamento ao relatar que

[...] do ponto de vista do leitor, não existe tal coisa como obra de referência, dado que qualquer livro, mesmo um romance, pode ser consultado, e qualquer livro, mesmo uma enciclopédia, pode ser lido [...] melhor do que pensar num conjunto fixo de objetos é definir as obras de referência pelas práticas dos leitores. (BURKE, 2003, p. 164)

Concordamos com Burke (2003) quando considera que são as práticas informacionais que definem o que é uma fonte de informação. O posicionamento do autor é importante porque leva em conta o sujeito que interpreta se algo é fonte de informação. Tal interpretação remete às dimensões semântica e pragmática da informação.

A partir da abordagem pragmática da linguagem, a teoria bakhtiniana busca compreender as formas de produção de sentido e sustenta que a linguagem é de natureza social, portanto, ideológica e que toda palavra é produto da interação entre locutor e ouvinte (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009).

Para explicar os fenômenos informacionais e as relações entre os sujeitos, instrumentos e

contextos em que a informação se manifesta, a Ciência da Informação tem incorporado, ao seu campo de estudo, teorias da linguagem e do signo e os estudos de Bakhtin acerca dos fenômenos da língua (GUEDES; MOURA; DIAS, 2011). Para esses autores, essa nova proposta da Ciência da Informação de estabelecer um diálogo com as teorias do significado amplia a perspectiva e a compreensão do conceito de informação. E, acrescentamos, possibilita encarar as narrativas indígenas como fontes de informação.

Através da linguagem, estabelece-se a interação verbal entre interlocutores. “Em todos os momentos em que se quer estabelecer uma ação comunicativa entre interlocutores, a linguagem é a ponte que une as pessoas e que permite a geração de conhecimento” (GUEDES; MOURA; DIAS, 2011, p. 41).

Rendón Rojas (2005) distingue as semelhanças e as diferenças entre informação e conhecimento, tomando como critério as fontes de onde decorrem as atividades que se realizam e os resultados obtidos. Ele concebe que a informação origina-se de dados e objetos sensíveis, enquanto o conhecimento tem como fonte a informação mesma, pois o conhecimento é um produto posterior e surge a partir dela. O autor entende a informação como a união de elementos objetivos (os dados) e subjetivos (as estruturas interpretativas dos sujeitos) e reconhece, também, a subjetividade dos sujeitos que se apropriam dos dados e vão construindo valores (informação).

Capurro e Hjørland (2007) consideram que é difícil descobrir para quem um documento tem relevância, pois o significado é determinado nos contextos social e cultural. A concepção de informação como signo se aproxima da teoria dialógica bakhtiniana que defende a língua como uma construção social.

Segundo Pereira e Bufrem (2002), a publicação de recursos informacionais não é garantia de relevância ou uso. Em suas palavras, “A publicação da literatura em qualquer área do conhecimento [...] não garante que, por um lado, seja relevante ou significativa e, por outro, que venha a ser efetivamente utilizada pelos usuários potenciais” (PEREIRA; BUFREM, 2002 p.197).

A concepção de Rendón Rojas (2005) sobre a informação nos leva a entender que os dados se tornam fonte de informação a partir da valoração dos usuários da informação. Na esteira desse

pensamento, Morigi e Bonnotto (2005) visualizam a narrativa musical como fonte de informação. Os autores analisam uma canção gaúcha, do cantor Gildo de Freitas, e mostram como a narrativa musical é fonte de informação importante no processo de produção do conhecimento. Eles partem da perspectiva de que tudo que forneça uma notícia, uma informação ou que pode transmitir conhecimento se constitui fonte de informação. Para esses autores,

[...] ao lado das fontes mais utilizadas e reconhecidas, as fontes bibliográficas convencionais, existem essas fontes de outra natureza, mas que se constituem em preciosas fontes de informações e foram historicamente relegadas ao segundo plano. Mais e mais, no entanto, começam a ter seu valor reconhecido e são cada vez mais aceitas. (MORIGI; BONNOTTO, 2005, p.113)

A partir desse entendimento, é possível perceber as narrativas indígenas como fontes de informação, pois, embora não tenham sido concebidas como tal, podem se constituir fontes de informação indígena. Ao narrarem as histórias, os indígenas visam manter as tradições de seu povo, mas, ao dar a conhecer à sociedade as narrativas, tornam-se fontes de informação. As narrativas indígenas informam sobre usos e costumes, valores morais, crenças, além da flora e da fauna regionais.

Consideramos que recursos informacionais de natureza variada: manuscritos, artigos de periódicos, livros, relatórios técnicos, teses, dissertações, patentes, normas técnicas, literatura cinzenta¹, documentos eletrônicos, narrativas etc., por registrarem o conhecimento, e pessoas, por guardarem informações em suas memórias, podem ser considerados fontes de informação com base na interpretação dos sujeitos como atores sociais que, por deterem um conhecimento prévio daquilo definido como informação, assim a reconhecem.

No cenário nacional, entre os teóricos que se dedicam ao estudo das fontes de informação, destacam-se: Campello e Caldeira (Orgs) (2008), Campello, Cendón e Kremer (Orgs.) (2003), Cunha (2001, 2010) e Hartness (1999). Ao consultar essas obras, tivemos a curiosidade

de procurar fontes indígenas, mas apenas na obra de Hartness (1999) encontramos referência a essas fontes na categoria temática “Grupos étnicos”, onde a autora elenca vinte e oito (28) obras na subdivisão “Índios”. Ela informa, no início dessa subdivisão, que algumas fontes arquivísticas sobre povos indígenas encontram-se no capítulo de “História”, entretanto, nesse capítulo, as referências às fontes indígenas são mínimas. Além de dedicar uma parte de sua obra aos grupos étnicos, Hartness (1999) apresenta um capítulo sobre “Folclore e cultura popular”.

Entendemos ser pertinente dar visibilidade a um tipo de conhecimento, como o conhecimento indígena registrado nas narrativas potiguaras, visto que ainda não está inteiramente reconhecido nos espaços acadêmicos. Confluindo com esta ideia, Murilo Bastos da Cunha aponta que

[...] o patrimônio do saber constitui um dos recursos mais importantes da humanidade e, que, por extensão, o progresso da ciência pode ser uma reflexão coletiva fundada em uma memória coletiva, que está baseada, cada vez mais intensamente, na transferência internacional da Informação Científica e Tecnológica - ICT. (CUNHA, 2001, p. vii)

O patrimônio do saber relatado por Cunha (2001) refere-se ao conhecimento científico registrado, resultante do trabalho intelectual de estudiosos e pesquisadores. Esse patrimônio carece do registro do conhecimento indígena, contido nas narrativas.

As fontes produzidas, ao longo do processo de pesquisa, podem ser classificadas como primárias, secundárias e terciárias. As fontes primárias são aquelas produzidas com a interferência direta do autor da pesquisa e incluem relatórios técnicos, teses e dissertações, patentes, normas técnicas, trabalhos apresentados em eventos científicos, como congressos, conferências, simpósios etc., e artigos científicos. As fontes secundárias surgem para facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias. Tais fontes apresentam a informação filtrada e organizada. São as enciclopédias, os dicionários, os manuais, as tabelas, as revisões de literatura, os tratados, certas monografias, os anuários, os livros-texto, entre outras. As fontes terciárias servem para guiar os usuários para as fontes primárias e secundárias e incluem as bibliografias, os serviços de indexação e de resumo, os guias de literatura, os catálogos coletivos, os diretórios etc. (MUELLER, 2003).

¹ A literatura cinzenta “abrange recursos informacionais das mais diversas áreas do conhecimento e possui como característica principal a circulação restrita, o que concorre para limitar o seu acesso e disponibilidade”(RAMALHO; PAIVA, 2006, p. 1).

Como toda classificação é arbitrária, existem autores que distinguem apenas fontes primárias e secundárias. As primárias correspondem à literatura propriamente dita, e as secundárias, aos serviços bibliográficos. De acordo com essa classificação, as narrativas indígenas se inserem como fontes primárias.

Como mencionamos anteriormente, o estudo das fontes de informação está vinculado à organização e ao controle bibliográfico da informação. A proposta do controle bibliográfico universal que, desde a Antiguidade, buscava reunir toda a produção do conhecimento, mostrou-se utópica, e com a explosão da informação, aflorou o controle bibliográfico especializado. Daí surgiu outra classificação das fontes de informação: gerais e especializadas. As fontes gerais correspondem a obras que incluem diversos assuntos, enquanto as fontes especializadas abrangem áreas de assuntos específicas (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997). As narrativas indígenas podem ser classificadas como fontes de informação especializadas.

Essas fontes de informação originaram-se dos grandes serviços bibliográficos que surgiram no final do Século XIX e início do Século XX e abrangiam grandes áreas de assunto, como Química, Engenharia, Zoologia e Medicina. Depois da Segunda Guerra Mundial, eclodem serviços bibliográficos voltados para missões, visando suprir as necessidades de informação geradas a partir de novos empreendimentos científicos, como: energia nuclear, exploração espacial e defesa nacional. Nas últimas décadas do Século XX, surgem os serviços bibliográficos voltados para problemas, que incluem uma grande variedade de temas como a ecologia, as fontes alternativas de energia, o atendimento integral à criança etc. Na atualidade, os serviços bibliográficos especializados constituem empreendimentos comerciais, destinam-se a atender uma clientela específica e apresentam serviços sob medida (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997).

Dos serviços de informação, surgiram inúmeras fontes que constituem produtos elaborados, sob medida, para atender a necessidades específicas de usuários. A partir da indústria da informação², são gerados serviços e

produtos de informação (fontes) para atender aos diversos segmentos sociais.

A explosão da informação favoreceu a emergência de um número cada dia maior de fontes de informação, e com o raiar da *Internet*, essa produção se tornou incontável. Na literatura nacional sobre fontes de informação, obras mais recentes como as de Cunha (2001, 2010), Campelo e Caldeira (2008) e a de Campelo, Cendón e Kremer (2003), incluem fontes de informação na *Internet*, bases e bancos de dados, documentos na *web* e mecanismos de busca em redes sociais.

3 INFORMAÇÃO INDÍGENA

A informação indígena se enquadra no que Oliveira (2010, p. 56) chamou de informação etnicorracial:

[...] todo elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital), passivo de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana.

Para Oliveira (2010), esse conceito de informação etnicorracial incorpora, operacionalmente, dois aspectos: um objetivo, referente aos conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais, e um subjetivo, que diz respeito ao potencial de produção de conhecimento acerca de um grupo étnico.

Compartilhando do pensamento de Oliveira (2010), que aplica esse conceito de informação etnicorracial em etnias africanas e afrodescendentes e sugere a aplicação desse conceito aos diversos grupos étnicos, percebemos a possibilidade de adotá-lo para tratar da informação indígena. Entendemos a informação indígena como aquela referente aos povos indígenas, que engloba diversos tipos de textos, independentemente do suporte, e trata do conhecimento dos indígenas e sobre eles.

Ao estudar o indigenismo na era da informação, Aguilar (2009) percebeu que os povos indígenas não foram considerados desde o começo da Ciência da Informação. A própria

² O conceito de indústria da informação está presente nas áreas de Comunicação Social, Ciência e Engenharia da Computação, dentre outras. Aqui utilizo o conceito ligado à Ciência da Informação e entendido como "organismos que provêm produtos e serviços de publicações e informação

através de novas tecnologias ou métodos inovativos de lidar com as informações". (MARTIN, 1995, p.3 *apud* VALENTIN, 2002, p.29)

história da Biblioteconomia demonstra que esta é uma ciência eurocêntrica, que sempre voltou sua atenção para o estudo das necessidades de informação de setores hegemônicos. Contudo, fenômenos sociais enfrentados pelos países da América do Norte, por exemplo, as migrações e os conflitos entre colonizadores e colonizados da América Latina, influíram para que a Ciência da Informação volvesse seu olhar para os chamados setores minoritários (*Minorities* ou *Ethnic Groups*), dentre os quais se incluem migrantes, categorias religiosas minoritárias e povos nativos.

Assim, na década de 1960, os povos indígenas (*indigenous people*) constituíram-se numa categoria da classificação utilizada na base de dados internacional *Library and Information Science Abstracts* (LISA). Essa categoria não surgiu na LISA por acaso. A nova configuração econômica mundial, marcada pela globalização e pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, favoreceu a inserção da temática indígena nos governos, que foram obrigados a adotar medidas para atender aos requisitos de entidades supranacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (AGUILAR, 2009).

Ao realizar levantamento bibliográfico, na base de dados LISA, sobre a temática indígena, Aguilar (2009, p.186) aponta que “os pesquisadores latino-americanos não têm dado a atenção, talvez a importância a esse segmento da sociedade que sempre necessitou de informações, mas não teve o espaço de expressão”. A autora constata que são poucas as experiências de instituições, em nível mundial, que assumiram a temática indígena e que, no contexto internacional de debate sobre identidade/diversidade cultural, ressurgem com temas como multiculturalismo e ações afirmativas. Ela destaca a importância das parcerias e do trabalho em rede para a formulação de políticas de informação orientadas para indígenas e que a criação de serviços ou setores de informação destinados aos indígenas só aconteceu com mais intensidade na década de 1990 e no começo do Século XXI.

Desde 1991, existe na Califórnia, Estados Unidos, a rede *California Indian Subject Specialist* (CISS), que tem como foco recursos informacionais sobre indígenas da região. Essa rede, apoiada por uma universidade, é composta por bibliotecários públicos, de universidades e especialistas (AGUILAR, 2009).

A autora ressalta a importância das bibliotecas e das redes para o crescimento das comunidades e a divulgação da cultura indígena:

Apesar das bibliotecas serem criações ocidentais, seriam também locais de soberania e autodeterminação, de enriquecimento da comunidade, incluindo conhecimento para e sobre a cultura indígena. Portanto as bibliotecas, os bibliotecários e a rede CISS têm facilitado esse processo. (AGUILAR, 2009, p. 182)

Compartilhamos do pensamento de Aguilar (2009) quando afirma que as bibliotecas devem ser locais de soberania e autodeterminação dos povos indígenas e percebemos que as bibliotecas brasileiras carecem de fontes de informação produzidas pelos indígenas, como as narrativas potiguaras, e sobre eles, além de fontes orais da diversidade cultural brasileira.

Para entender como as narrativas do povo Potiguar se constituem em potenciais fontes de informação, é preciso refletir sobre os critérios de validação documental, ou seja, atentar para o que é ou não considerado como fonte de informação.

Fernandes (2011), em seu artigo sobre ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória, afirma:

[...] os artigos e demais inscrições que entram em uma UI [Unidade de Informação] já são considerados ou reconhecidos como documentos (ajustados, normalizados, adequados, selecionados, validados) e serão organizados e disponibilizados segundo certos critérios, em artefatos informacionais: catálogos, bibliografias, resumos, palavras-chave etc., em vista do resgate e reintrodução do que já foi publicado em possíveis novas publicações. (FERNANDES, 2011, p. 215)

A autora reconhece que os atores dos sistemas de informação interferem no circuito de produção de um documento e de um valor de informação. Ela também observa que “as práticas documentárias estão sempre sujeitas a forças e jogos de interesses diversos e locais, que acabam por estabelecer uma ampla rede” (FERNANDES, 2011, p. 217). Isso vai ao encontro do que González de Gómez (2012) conceitua como regime de informação:

Um regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43. Grifo nosso.)

Para a autora, um regime de informação depende de determinadas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e se constituem. González de Gómez também atenta que cada nova configuração de um regime de informação é um resultado e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política.

Vale lembrar que, no decorrer da história dos livros e das bibliotecas, sempre existiram diversos tipos de controles, por exemplo, a censura na Idade Média, que determinava o que podia ser lido. A própria história do controle bibliográfico universal constitui um exemplo das políticas utilizadas para definir os critérios de autoridade dos autores e dos recursos informacionais.

Conforme Marteleto, Ribeiro e Guimarães (2002), o paradigma positivista da ciência baseia-se em uma visão restritiva do conhecimento, na qual o único conhecimento válido é o científico. Essa concepção supõe que aqueles que detêm o conhecimento científico sabem mais, enquanto as pessoas comuns são ignorantes. Segundo as autoras, essa concepção restritiva do conhecimento acarretou efeitos práticos importantes na administração do Estado de bem-estar e no tratamento dos usuários dos serviços de informação, que eram considerados passivos e em nada poderiam contribuir no processo de diagnóstico ou melhoria dos serviços. Em oposição ao paradigma positivista, afirmou-se a importância de outras formas de conhecimento, como o *terceiro conhecimento* que, segundo as autoras:

Do ponto de vista prático, o *terceiro conhecimento* constitui-se em redor de temas e problemas que em dados momentos são adotados como relevantes pelos agentes e suas entidades como projetos de vida locais, sejam eles lutar pela melhoria dos

serviços de saúde, das escolas, pela manutenção de um espaço verde ou de lazer, ou na organização de atividades recreativas e culturais que reforçam os elos e as tradições das comunidades. (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002, p. 77-78. Grifos das autoras)

As autoras referem que, nessas situações, são empregados canais de comunicação diversos e variados tipos de recursos informacionais, como notícias e matérias na mídia, relatórios, orçamentos de órgãos públicos, dentre outros. Entendemos que, nesses outros tipos de recursos informacionais, podem ser incluídas as narrativas indígenas que, através de diversas vozes, revelam conteúdos muito ricos em dados sobre a cultura indígena: meios de transporte, flora e fauna da região, condições histórico-sociais das aldeias, hábitos alimentares, as práticas de cura utilizadas, a pesca, a caça e muitos outros.

Marteleto, Ribeiro e Guimarães (2002) explicam que

[...] o *terceiro* [conhecimento] [...] não se produz por amálgama de sentidos em processos de comunicação, o que seria ruído, e não informação. Cada parte que se articula no conhecimento é ela mesma um campo contraditório de sentidos, discursos e interesses. Um campo em constante tensão e intenção de transformação social. (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002, p. 79. Grifos das autoras)

A emergência desse novo tipo de conhecimento só foi possível em virtude de uma nova configuração histórica, em que despontam os movimentos sociais e seus agentes:

Produzem modos próprios de organizar os conhecimentos, de gerir as comunicações e as informações, que precisam ser considerados nos dias de hoje, quando os discursos oficiais – do Estado, da ciência, do direito – lançam as bases políticas, econômicas e tecnológicas para a promoção das “sociedades da informação”, como fenômenos necessários e naturais do mundo globalizado. (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002, p. 70)

Nesse cenário, onde surge o terceiro conhecimento, predomina um regime de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012,

p. 43) por meio do qual se percebem as práticas informacionais como definidoras do que é considerado fonte de informação. Assim, as narrativas indígenas podem ser concebidas como potenciais fontes de informação.

Sejam registradas em formato escrito/impresso ou em suporte audiovisual, as narrativas podem se constituir em fontes de informação indígena, a depender das relações que se estabelecem entre os usuários e as narrativas.

Os dados que emergem das diferentes vozes que compõem as narrativas do povo Potiguara podem ser úteis aos usuários da informação indígena. Na interação dos usuários com as narrativas, da sua interpretação e valoração (RENDÓN ROJAS, 2005), os dados nelas contidos podem se converter em informação, tornando as narrativas fontes de informação indígena. Apenas o usuário é capaz de dizer se um documento tem relevância e se constitui em informação (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

O valor das narrativas potiguaras como fonte de informação é inestimável, pois são construídas pelos indígenas, e ninguém está mais capacitado para fornecer a informação indígena do que eles mesmos.

As narrativas do povo Potiguara, gravadas em vídeo e depois transcritas, portanto, são fontes de informação que revelam uma imagem dos indígenas, diferente daquela apresentada nas fontes de informação tradicionais. As vozes presentes naquelas retratam a vida, os costumes e o cotidiano do indígena atual, um ser que consegue manter uma conexão com o passado sem abrir mão do presente e construir o futuro.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Para elaborar a construção do conceito de fonte de informação indígena, partimos da concepção de fonte de informação, descrevendo as diferentes abordagens adotadas para estudar a informação, e acrescentamos o conceito de informação indígena.

Assim, concebemos fonte de informação indígena como qualquer tipo de recurso informacional que englobe conhecimento dos indígenas e sobre eles e, ainda, que, a partir da interpretação dos usuários, seja capaz de suprir necessidades informacionais. As narrativas indígenas registradas em qualquer tipo de

suporte (impresas, gravadas em vídeo e áudio ou na *Internet*) revelam-se potenciais fontes de informação primárias (são produzidas com a interferência direta do autor), especializadas (referem-se ao conhecimento indígena) e informais (são geradas a partir de entrevistas).

Do ponto de vista teórico, a formulação do conceito de fonte de informação indígena, como de qualquer construção conceitual no campo científico, possibilitou uma ruptura epistemológica com o senso comum, abrindo novos caminhos para a construção da Ciência da Informação. O estudo demonstrou que é possível trabalhar a temática “fontes de informação” numa abordagem diferente do paradigma positivista e que o dialogismo bakhtiniano (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009) se apresenta como mais uma possibilidade de aplicação teórica na Ciência da Informação, o que vem corroborar o estudo de Bufrem, Arboit e Sorribas (2011).

Do ponto de vista prático, esperamos ter contribuído para despertar o interesse de outros pesquisadores pelas fontes de informação não convencionais, especialmente pelas fontes de informação indígenas, que incluem o conhecimento indígena, um rico conjunto de saberes constituído pela experiência dos povos indígenas e transmitido pela oralidade.

O estudo das fontes de informação indígenas pode colaborar para mudanças nas formas de perceber esses povos, que padecem de uma identidade estereotipada, desde a chegada dos colonizadores ao país. São as práticas sociais que podem validar as narrativas indígenas como fontes de informação e podem, também, gerar estratégias de preservação e proteção dos saberes indígenas que constituem fontes inesgotáveis de informação. Torna-se necessário registrar tais narrativas e incluí-las no sistema de comunicação científica (MUELLER, 2003), de modo a garantir a sua visibilidade. A inclusão desse tipo de fonte, em bases de dados internacionais, certamente contribui para ampliar o acesso à informação indígena.

AGRADECIMENTO

Agradecemos à Prof.^a Dr.^a Joana Coeli Ribeiro Garcia pela leitura do texto original, comentários e sugestões apresentadas durante a preparação do artigo.

CONCEPTUALIZING INDIGENOUS INFORMATION SOURCE ABSTRACT:

ABSTRACT This article presents the concept of Indigenous information source, from a study that is based on theoretical Bakhtinian dialogism (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009). It addresses the indigenous narratives as an information source considering the studies of Information Science that enable dialogue with that theory. It reports theoretical concepts to the concept of information that has been built over time and presents ideas of information sources developed in different approaches. The concept of Indigenous information source is constructed by adding the concept of information source to Indigenous information, based on theories that dialogue with the hermeneutical sciences, which conceive that the information necessarily involves the interpretation of people.

Keywords: Indigenous information source. Specialized information source. Brazilian Indigenous. Indigenous Information. Indigenous narratives.

Artigo recebido em 15/07/2013 e aceito para publicação em 20/03/2014

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, A. O indigenismo na era da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.3, n.2, p. 158-191, ago. 2009.
- ARAÚJO, C. A. A. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. **InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.2, n. 2, p.19-41, jul./dez. 2011.
- _____. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.38, n.3, p. 192-204, set./dez. 2009.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N.. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BUFREM, L. S.; ARBOIT, A. E.; SORRIBAS, T. V. Diálogo entre a teoria do Círculo de Bakhtin e a Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.40, n. 2, p. 145-159, maio/ago. 2011.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- AMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T. (Orgs.) **Introdução às fontes de informação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CAMPELLO, B. S.; MAGALHÃES, M. H. de A. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.
- CHALAÇA, A. M.; FREIRE, I. M.; MIRANDA, M. L. C. de. O tesouro de conhecimento de um bairro chamado Maré: pessoas como fontes de informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 24, p. 92-110, jul./dez. 2007.
- CUNHA, M. B. da. **Manual de fontes de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.
- _____. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001.
- DANTAS, C. F. N.; FERREIRA, R. da S. Os conhecimentos tradicionais dos(as) erveiros(as) da Feira Ver-o-Peso (Belém - Pará-Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 105-125, abr./jun. 2013.

- FERNANDES, G. C. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 208-226, jan./jun. 2011.
- FIGUEIREDO, L. M. de; CUNHA, L. G. C. da. **Curso de bibliografia geral: para uso dos alunos das escolas de Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Record, 1967.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.
- GUEDES, R. de M.; MOURA, M. A.; DIAS, E. J. W. Indexação social e pensamento dialógico: reflexões teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 40-59, jan./jun. 2011.
- HARTNESS, A. **Brasil: obras de referência 1965-1998: uma bibliografia comentada**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.
- MARTELETO, R. M.; RIBEIRO, L. B.; GUIMARÃES, C. Informação em movimento: produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v.2, n. 1, p. 69-80, jun. 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/88/1670>>. Acesso em: 04 jan. 2013.
- MORIGI, V. J.; BONOTTO, M. E. K. Kling. A música regional: narrativa, memória afetiva e fonte de informação. **Vivência**, Natal, n. 29, p. 105-116, 2005.
- MOSTAFA, Solange Puntel. Conhecimento, informação e meios de transmissão cultural. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 95-100, set./dez. 2012.
- MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 21-34.
- OLIVEIRA, H. P. C. de. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto "A cor da Cultura"**. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- PEREIRA, E. C.; BUFREM, L. S. Fontes de informação especializada: uma prática de ensino-aprendizagem com pesquisa na Universidade Federal do Paraná. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.197-206, jul./dez.2002.
- RAMALHO, F. A.; PAIVA, E. B. Literatura cinzenta em bibliotecas universitárias: presença, disponibilização e perspectivas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14, 2006, Salvador. **Anais do SNBU**. Salvador: UFBA, 2006, v.14, p. 1-15.
- RENDÓN ROJAS, M. A. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.34, n.2, p. 52-61, maio/ago. 2005.
- VALENTIM, M. L. P. A indústria da informação e os produtores de bases de dados em C&T. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 23-37, jan./jun.2002.
- YUEXIAO, Z. Definitions and sciences of information. **Information Processing & Management**, v.24, n.4, p.479-491, 1988.